

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE

-----No dia vinte e sete de junho de dois mil e dezanove, pelas 20.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Salão do Clube Desportivo e Recreativo de S. Bento, sito em Rua Luís de Camões, Covão do Sabugueiro, na freguesia de S. Bento, concelho de Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----
-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----
-----2. *Ação de Controlo ao Município de Porto de Mós - Urbanismo - Comunicação de homologação do relatório; (para conhecimento);*-----
-----3. *Modificação aos Documentos Previsionais 2019-2022:* -----
-----3.1. *2.ª Revisão ao Orçamento; (apreciação, discussão e votação);* -----
-----3.2. *2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; (apreciação, discussão e votação);*-----
-----4. *Regulamento da FabLab de Porto de Mós – Proposta; (apreciação, discussão e votação);*-----
-----5. *Regulamento do Banco Local de Produtos de Apoio do Município de Porto de Mós – Proposta; (apreciação, discussão e votação);* -----
-----6. *Transferências de competências para as freguesias, no ano de 2019, nos termos do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril; proposta da Câmara Municipal; (apreciação, discussão e votação);*-----
-----7. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (para conhecimento);* -----
-----8. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).*-----

-----Estavam presentes na mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Cecília Lopes Palma (PSD), Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM), José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arrimal e Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria; Tiago Manuel da Costa Rei (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Anabela Martins, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. ----

-----Faltaram à sessão, o Vereador Fernando Manuel Marques Amado, bem como o membro da Assembleia Municipal João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD). Foi considerada justificada pela mesa da Assembleia a falta do membro supracitado, face à sua solicitação, tendo sido substituído, nos termos da Lei e do Regimento, por Maria Goretti Fino Domingues (PSD).-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Às vinte horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento, agradecendo o acolhimento e a total disponibilidade para a realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal. Continuou dizendo que, quer também cumprimentar toda a freguesia de S. Bento, sendo para si uma honra e um prazer estar aqui a presidir a esta sessão da Assembleia Municipal. Dando cumprimento ao compromisso eleitoral de realizar sessões da Assembleia Municipal nas freguesias do concelho, com o objetivo de se aproximarem os cidadãos e de envolver as pessoas nas grandes linhas da política municipal, esta é a primeira vez, em 44 anos de poder local, que se realiza uma sessão da Assembleia Municipal nesta freguesia, o que é para si, motivo de orgulho.-----

-----Finalmente, desejou a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018. Nesta conformidade deu-se início ao período de intervenção do público.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Paulo Pereira, Célia Rosa e Faustino Ângelo inscreveram-se para o efeito.-----

Paulo Pereira:-----

-----Usando da palavra, começou por dizer que, sendo o abastecimento de água uma obra prioritária para a freguesia de S. Bento, queria perguntar ao executivo camarária quando se prevê que a mesma esteja concluída. Abordou ainda o assunto das telecomunicações e da fraca cobertura que esta freguesia tem a esse nível.-----

Célia Rosa:-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria reforçar o que havia dito ao senhor Presidente da Câmara acerca da marcação da estrada da Bezerra, perguntando para quando a sua conclusão.-----

-----**Faustino Ângelo** disse que abdicava da palavra por se tratar de um tema que já está ultrapassado.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que depois de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprimentar todos os presentes começou por responder aos anteriores intervenientes.-----

-----Respondendo ao senhor **Paulo Pereira**, disse que o abastecimento de água a S. Bento continua a ser um problema, embora hoje tenha sido feito o teste no Covão de Frade, no Espinheiro e na Moleana, que foi um sucesso, estando, felizmente, este caminho a ser feito. Trata-se de três lugares da freguesia de S. Bento, que configuram cerca de sessenta ramais, ficando a faltar outro tanto, que conta poder concluir até final deste mandato. Relativamente às comunicações, as coisas não são tão simples uma vez que tem a ver com os operadores privados e com a sua disponibilidade para resolver o problema num território, como o de S. Bento. Pese embora isso, o anterior executivo, e bem, assinou um protocolo com a Vodafone, no âmbito da responsabilidade social, para reforçar a cobertura em todos estes lugares. Fê-lo em 2014 e chegados a 2018, nada havia sido feito. A Vodafone serviu-se com certeza do protocolo assinado para efeitos de responsabilidade social, mas efetivamente não reforçou nada. Depois de este executivo ter tomado posse, foi chamada a Vodafone, que foi sensibilizada para este facto, e até agora foi feito o reforço em Alvados e na Barrenta. Como não deu cumprimento ao protocolo, até à data prevista, o Município de Porto de Mós, rescindiu com este operador, estando em negociações com um novo operador, estando completamente disponíveis para assinar um novo acordo com o novo operador ou receber o reforço por parte do antigo. Esta é uma questão que continua a ser trabalhada, até porque a freguesia de S. Bento em conjunto com a freguesia de Alqueidão da Serra, são as que têm problemas mais graves a este nível. No que se refere à estrada da Bezerra, disse a Célia Rosa que esta já foi pintada na parte mais complicada por se tratar de uma necessidade por causa do nevoeiro. Quanto à restante obra há uma ou outra solução em curso aguardando-se por uma solução que possa ser conveniente e sobretudo que não cause transtornos no futuro que é o seu principal propósito.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, **a ata nº 2 da sessão ordinária** realizada em 26.04.2019, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----**Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS)**, pediu uma retificação à ata dado que o seu nome não consta nem nos presentes nem nos ausentes, sendo certo que esteve presente na mesma, pelo que se dá por retificada a ata em apreço, fazendo constar da lista de presentes a deputada municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Elsa Cristina Leitão dos Santos, eleita pelo Partido Socialista, na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26.04.2019.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires, (PSD)**, usou também da palavra, referindo que na ata consta como presente, quando esteve ausente, pelo que faz constar da lista de ausentes o deputado Municipal, António Manuel de Sousa Pires, eleito pelo Partido Social Democrata, na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26.04.2019.-----

-----Não havendo mais reparos à mesma, foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por maioria, com quatro abstenções**.-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----A senhora Presidente, passou a referir que neste ponto de Antes da Ordem do Dia, foi pedido ao Movimento Ur'Gente, Associação de Utentes de Saúde de Porto de Mós, nas pessoas do Dr. João Amado e da Drª Ana Margarida Amado, para fazerem uma pequena apresentação deste movimento e dos fins que visam prosseguir, dado que esta Assembleia Municipal representa todos os cidadãos do concelho de Porto de Mós. Depois de lhe dirigir um cumprimento especial, disse ainda querer louvar esta Associação pelo empenho que tem colocado na área da saúde e que lhe é tão cara. Disse ainda que gostava de referir a todos, que as associações de utentes têm como objetivo a maior participação cívica, nos processos de gestão das unidades de saúde. Estas associações contribuem para o desenvolvimento das comunidades locais, das próprias unidades de saúde, como elemento fundamental para o sucesso do desenvolvimento dos cuidados de saúde numa comunidade. Continuou dizendo que estas associações são muito importantes para aproximar profissionais de saúde, os gestores de saúde e os utentes. São relevantes para a criação de projetos de proximidade com as populações e com os utentes, sendo estes os verdadeiros agentes do processo. Estas associações devem ter um estatuto próprio, balizado nas boas práticas em gestão de saúde, sempre com o objetivo de incorporar os contributos das comissões de utentes nos planos de ação dos conselhos consultivos quer nas unidades de saúde familiar, quer nas unidades de saúde personalizados, ou outros, criando assim um modelo de gestão integrado, ou seja, as comissões de utentes têm sempre como objetivo, a colaboração conjunta na procura destas soluções. Estas comissões devem ir para além dos próprios utentes e devem ser espaços de intervenção dinâmica, onde todos, cuidadores, familiares e os próprios doentes, com a comissão, se juntam para trabalhar em rede, e todos com o mesmo objetivo – cuidar da comunidade, no âmbito da Saúde.-----

-----Depois desta breve introdução, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, chamou a intervir para fazer a apresentação da associação a **Drª Ana Margarida Amado**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Começou por dizer que a Associação Ur'Gente é uma associação sem fins lucrativos, que tem uma abrangência local, restringindo-se à área do concelho de Porto de Mós e que pretende ajudar a melhorar a interação do utente com os serviços de saúde de forma a melhorar a prestação e o acesso aos cuidados de saúde primários da população. Para isso, pretende constituir-se como mediador social, que vai melhorar, no fundo, os processos que envolvem a implementação de políticas de saúde pública, ou seja, pretende representar os utentes da UCFP de Porto de Mós, numa parceria com essa mesma instituição. Este tipo de associações, tem um enquadramento legal, nomeadamente na Lei 44/2005, que logo no seu artigo segundo refere que o objetivo principal destas associações, é defender os interesses e os direitos dos utentes da saúde. Para isso, são conferidos a estas instituições alguns direitos, nomeadamente o direito de participar nos processos legislativos e nos processos de consulta pública sobre tudo o que envolva decisões ao nível da saúde, podendo inclusivamente indicar representantes seus para participar nesses processos de consulta e até em qualquer momento, solicitar às instituições, informações que permitam avaliação dos programas que estão a ser definidos e da própria execução dos mesmos, ao longo do tempo. Além disso, podem, entre outras coisas, sugerir estratégias, planos, para os programas nacionais de saúde. Sendo assim, este tipo de associações podem ter dois tipos de influência. Logo à partida, podem ter um tipo de influência social, sendo exemplo disso a manifestação que foi realizada aqui no concelho, em maio, que teve não só um impacto a nível local, em Porto de Mós, mas também a nível regional e nacional, com as notícias que surgiram nos meios de comunicação social. Para além desta influência social, estas associações podem ainda ter uma influência política, porque podem interagir com todas as instituições, seja a nível regional como é o ACES, ou nacional, como é a Administração Regional de Saúde ou o próprio Ministério da Saúde, para dar sugestões, ou para avaliar tudo o que está a ser deliberado, mas também ao nível legislativo, ou seja a Assembleia da Republica. Continuou dizendo que irá agora apresentar duas atividades que a associação pensa levar a efeito e que pensa que são importantes na ação da Ur'Gente. Uma delas é a elaboração de um livro branco que vai compilar o verdadeiro estado da Saúde no concelho de Porto de Mós. Para elaborar estratégias é necessário conhecer quais os problemas efetivos, identificando as dificuldades junto da população, que é a melhor maneira de saber exatamente as dificuldades que essas pessoas enfrentam no acesso aos serviços de saúde. Para que isto possa ser possível, disse, a colaboração das Juntas de Freguesia é fundamental, porque são elas que estão na primeira linha de contacto com as populações. Mas também, porque se pretende um carácter científico para este relatório, foi lembrado o contributo da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Leiria. Este relatório seria para apresentar noutra atividade, que também já foi pensada, e que consiste na organização de sessão em que sejam debatidos os prós e os contras de uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados e de uma Unidade de Saúde Familiar, tendo em conta o contexto sociodemográfico e o contexto geográfico que caracterizam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o concelho. A discussão envolveria o poder político local que conhece as condicionantes, mas também poderia envolver utentes dos dois modelos, bem como profissionais da USP de Porto de Mós e da USF, bem como de organizações a nível nacional, envolvidas, como é o caso da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Enfermeiros, da Associação Portuguesa de Medicina Geral Familiar, etc. Tudo isto com vista a promover uma colaboração entre várias instituições no sentido da resolução deste problema que afeta a todos.-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Dr. João Amado**, que passou um vídeo sobre a Associação Ur'Gente, que comentou e que versava sobre a apresentação dos corpos sociais da Associação.-----

-----Depois de mais algumas considerações, terminou dizendo que esta Associação nasceu de circunstâncias concretas e que se traduzem na falta de clínicos em algumas das freguesias do concelho. -----

-----Terminada que foi esta intervenção, a senhora Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia, sobre quem se queria inscrever para intervir neste ponto de antes da ordem do dia.-----

-----**Tiago Manuel da Costa Rei (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, dirigiu um cumprimento especial ao Clube Desportivo de S. Bento por disponibilizar as suas instalações para a realização desta sessão da Assembleia Municipal. Agradeceu ainda à senhora Presidente da Assembleia por esta iniciativa de trazer a Assembleia Municipal à sua Freguesia, que sendo um pouco distante de Porto de Mós, por vezes é esquecida. Continuou depois dizendo que já se falou aqui do abastecimento de água a S. Bento, e que quer agradecer ao senhor Presidente da Câmara salientando que a conduta dos lugares de Covão do Frade, Moleana e Espinheiro já têm pressão. Neste momento ainda faltam ser servidos seis lugares que passou a identificar: Fontainha, Pia Carneira, Paiã, Moita do Açor, Covas e Casal de Santo Antonio, dizendo acreditar que este executivo, neste mandato, vá levar até ao fim esta tarefa a 100%. Referiu depois que numa reunião que ocorreu há pouco tempo, e em que estava presente o senhor Presidente da Câmara, veio à baila o PDM, tendo alguém dito que não se fixou em S. Bento porque não o deixaram fazer uma casa, tendo-se deslocado para um município vizinho. Como aconteceu esta situação, muitas outras têm acontecido, o que potencia o despovoamento da freguesia, por falta de infraestruturas básicas. Referindo-se depois às escolas, referiu que das escolas de ensino básico existentes em Fontainha, Chainça, Telhados Grandes e S. Bento, apenas resiste a de S. Bento, estando ainda assim a ver reduzidos o número de alunos, perguntando porque é que isso está a acontecer e se não será de dar condições às pessoas para aqui se poderem fixar.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Jorge Paulo Costa Carvalho (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga – PS):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a previsão de médicos para a União de Freguesias de Arrimal e Mendiga. Depois disse querer agradecer ao senhor Presidente da Câmara em nome da população o facto de ter alcatroado uma estrada no Arrimal que 35 anos, estava sem alcatrão.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Começou por cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia e na sua pessoa todos os presentes após o que disse querer aqui apresentar um louvor ao executivo camarário, por ter recebido a Gala do Porco D'Ouro, referindo ter ficado surpreendido, por não estar à espera de um evento de tão alto nível em Porto de Mós e pelo impacto que Porto de Mós causou ao nível de redes sociais e comunicação social, pelo que o Município está de parabéns.-----

-----Referiu-se depois às palavras proferidas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento, e revendo-se nelas disse que esse é um problema que afeta toda a zona serrana. Passou a citar inclusivamente um artigo publicado no jornal O Portomosense, por um engenheiro, que fala a este propósito em "des-evolução rural" e que termina dizendo "é preciso perceber a riqueza que temos nas nossas mãos e tirar o maior proveito disso. Se hoje a cultura agrária no mundo rural é posta de parte, como será o tempo dos nossos filhos e dos nossos netos." Terminou dizendo que é preciso refletir nisto e que vê muito pouca gente preocupada com isso. No que refere ao PDM que foi referido pelo seu congénere de S. Bento, disse que iria até mais longe, referindo-se concretamente ao Plano de Ordenamento do Parque Natural, que não ajuda as pessoas a fixarem-se aqui. Terminou fazendo um apelo ao executivo para que no próximo ano pense, em sede de orçamento, em incentivos à fixação de pessoas, não só para viverem, mas também para criarem aqui empresas e consequentemente, postos de trabalho.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes disse que a sua intervenção ia no sentido das que foram feitas anteriormente e queria deixar aqui um desafio perguntando da viabilidade de uma ARU descentralizada, para todas as freguesias, atendendo ao estado de degradação em que as casas mais antigas se encontram, ou seja, criar algum tipo de incentivos que levem os proprietários a querer reabilitar essas casas. Se não for possível, que seja ao contrário, a criação de uma penalização para quem tem essas casas e as deixe cair. Ainda neste âmbito, e relativamente à escola, se estão a ser pensadas medidas para que as crianças se possam fixar em espaços mais rurais, ou seja, escolas que neste momento estão com menos alunos. Terminando, perguntou se ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nível da saúde existe alguma novidade para Alqueidão da Serra. Por último disse querer deixar aqui um agradecimento, pela realização da Semana da Educação que se realizou em Alqueidão da Serra.-----

-----**Antonio Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – IPP):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por agradecer a todos quantos prestigiaram as Festas de Santo Antonio na freguesia de Pedreiras, com a sua presença. Quanto aos assuntos que o levaram a intervir, disse que o primeiro tem a ver com obras no Pé da Serra que estão por fazer há um ano, uma sargeta no Casal Boieiro e a meia-lua na Avenida da Igreja. Disse ainda ter a informação de que as duas primeiras já estão adjudicadas, querendo ouvir do senhor Presidente da Câmara essa confirmação e saber em que pé é que está o projeto da meia-lua. No que se refere à eletrificação da via publica e logradouro da Capela da Cruz da Légua, disse ter recebido ontem, com desagrado, da Comissão da Capela, a informação de que os postes dos candeeiros que tinham sido colocados não estavam bem posicionados. Deslocando-se ao local, cerca das 23 horas, confirmou que efetivamente poderiam estar melhor, pois continua a haver falta de iluminação em frente da Capela e em frente do palco. A zona não tinha iluminação já há alguns anos, dizendo saber que foi a Câmara que pagou estes trabalhos e não sabendo se houve projeto por parte da EDP e se houve não parece, pois o que deveria ter sido feito era chamar alguém da Junta de Freguesia, alguém da Comissão da Capela e até alguém da Câmara para ver se a iluminação ficava bem colocada e se iluminava toda aquela zona. Disse ainda que iria fazer um relatório dirigido à Câmara Municipal pedindo que depois esta tome as medidas necessárias relativamente à EDP. Outro assunto a que se referiu, tem a ver com a enormidade de carros de condução em formação e exame na localidade de Pedreiras, no Largo Heróis do Ultramar e nas ruas confinantes, desde a saída do IC2, passando pela Estrada Real D. Maria, tudo nas imediações da Junta de Freguesia, Posto Médico, Igreja, Casa Velório, Salão Paroquial, Cemitério, cafés, provocando constrangimentos à normal circulação do trânsito em geral. Muitas freguesias andam indignadas com toda esta movimentação, quer de ligeiros, quer de pesados. Terminou perguntando ao senhor Presidente da Câmara o que é que é possível fazer para resolver ou minimizar esta situação, que cada vez mais, está a revoltar a população.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, que respondendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento, disse que, de facto, tem sido sua preocupação, a perda de população sistemática no concelho, nos últimos anos, sobretudo a população em idade ativa. Hoje, ao que sabe a situação está já controlada, havendo já procura de imobiliário, acreditando que esta é uma situação que se vai inverter, até porque a Câmara tem vindo a desenvolver um trabalho, quer ao nível da educação, quer ao nível social, quer mesmo ao nível da carga tributária, criando alguns benefícios sociais que são diferenciadores relativamente aos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelhos aqui em volta. Entroncando nesta questão, disse ainda que estas escolas em meio rural têm vindo a ter intervenções, tornando-as mais atrativas de forma a que possam atrair mais alunos e conseqüentemente mais população para essas freguesias. A outra questão tem a ver com as condições de vida das populações, e de facto a água é algo que no século XXI tem de fazer parte do *modus vivendi* da população, e por isso foi iniciado este plano de se conseguir durante este mandato, colocar água em toda a freguesia de S. Bento, que é onde falta. Conclui-se hoje esta primeira fase – são cerca de sessenta habitações que ficam servidas, ficando a faltar mais ou menos outras tantas, nos seis lugares que o senhor Presidente de Junta mencionou. Está em fase de execução o projeto de uma delas, prevendo-se que ainda este ano, irá ser analisado qual o modelo de concurso que irá ser lançado. Referiu depois que está em curso, a alteração do Plano de Ordenamento do Parque Natural e a sua transformação em programas. Está já numa fase adiantada, e não fosse a alteração da estrutura orgânica do Parque Natural, provavelmente, já estaria mais avançado. Uma das características que diferenciou este programa, é a preparação que houve por parte dos técnicos do ICNF, que vieram ao terreno. Na freguesia de S. Bento, nomeadamente, a Câmara conseguiu acordar, acordos de princípio, para que fossem definidos perímetros urbanos nos lugares. O senhor Presidente da Junta referiu, e bem, que dentro de um determinado aglomerado urbano, havia intervalos entre casas, onde não se podia construir. O que ficou acordado, foi fechar os polígonos dos aglomerados urbanos para se poder garantir que efetivamente as pessoas naquele aglomerado urbano, podem construir, até porque esta discussão do edificado em S. Bento, dificulta o processo de abastecimento de água à totalidade da população. Este acordo, não acontece apenas para a freguesia de S. Bento mas também para a freguesia de Serro ventoso e na União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, em que este conjunto de lugares vai passar a ter definidas as zonas onde se poderá construir, sendo certo que pelas razões conhecidas, dificilmente se poderá construir em todo o território destas freguesias.-----

-----Quanto à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, sobre os médicos, disse que neste momento foi fechado o concurso nacional, tendo sido preenchidas 75% das vagas, havendo menos médicos do que vagas abertas. Para o concelho de Porto de Mós, foram colocadas três médicas, duas para a USP e uma para a USF, sendo o contrato assinado no dia um de julho. Estas três médicas são todas do norte do país, indo uma para Arrimal/Mendiga, outra para substituir um médico que pediu mobilidade e foi aceite, e outra que vai para a USF Novos Horizontes de Juncal/Pedreiras e Calvaria. Disse ainda que fica a faltar a questão de Alqueidão da Serra. Foi realizada uma reunião donde resultou que a médica que está colocada em Alqueidão da Serra não pode ser substituída porque está de baixa prolongada. O que ficou acordado com a ARS, foi que, ou esta entidade ou a Câmara Municipal iria partir para a contratação de um médico. Não tendo colhido frutos esta solução, nem de um lado, nem de outro, vislumbrou-se outra possibilidade, passando a explicar que se trata de uma médica que concorreu e que ficou na ARS Centro e assim sendo, é possível tentar-se que essa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

médica possa vir para Alqueidão da Serra, por um período nunca inferior a um ano, que é o prazo previsto para a baixa da médica que se encontra doente. Na sequência de todas as reuniões, vai ser analisada e provavelmente ser assinado, na próxima semana, um protocolo de colaboração entre a ARS e a Câmara Municipal de Porto de Mós, para se passar a ter saúde oral no Centro de Saúde de Porto de Mós, sendo para todo o concelho, esta oferta. Ficou também resolvida a questão da assistente social da UCC, passando a haver na Unidade de Cuidados na Comunidade esta valência.-----

-----Relativamente à questão do senhor Presidente da Junta de Serro Ventoso, disse estar preocupado com o desenvolvimento do mundo rural, mas que lhe parece ser uma situação que já está ultrapassada, começando a haver novos investimentos e novos investidores que estão a procurar uma nova forma de rentabilizar a agricultura. Há no concelho algumas iniciativas já deste género e a procura de territórios, como os do Parque Natural, serão a solução para colocar e criar alguns novos postos de trabalho em torno desta questão do mundo rural. Disse ainda não esquecer a importância que tem a indústria extrativa sendo um dos maiores empregadores do Parque Natural, e com certeza a conclusão dos planos de intervenção que estão em curso, conjugados com a dinâmica do sector continuará a oferecer mão-de-obra bem remunerada a esta população serrana.-----

-----No que diz respeito à ARU, disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, que é sempre possível. As ARU's podem acontecer, sendo exemplo disso a ARU que se lançou relativamente a Mira de Aire. Não sendo um processo rápido, é no entanto compensatório, até do ponto de vista fiscal. Referiu ainda que há depois o reverso da medalha que é o agravamento do IMI em 30% para aqueles que não intervenham nas habitações degradadas. Quanto à Semana da Educação, disse que foi um grande sucesso em toda a linha, em termos pedagógicos, e principalmente em termos de envolvimento de toda a população de Alqueidão da Serra, a quem disse estar muito grato pela partilha e participação que tiveram, e também para quem visitou o Alqueidão e que foi conhecer um território novo e diferente.-----

-----Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras disse que este falou aqui de duas obras que se atrasaram por razões diversas, estando já adjudicadas, indo iniciar-se na próxima segunda-feira. O projeto que falou, junto ao IC2, está nas Infraestruturas de Portugal, estando eles a fazer o levantamento para ver o tipo de intervenção que se pode fazer e qual o modelo para se poder intervir naquela zona, sem qualquer tipo de risco. Quanto à eletrificação da Capela de Cruz da Légua, disse que esta era uma obra antiga, tendo sido já paga pela Câmara no ano passado. A EDP marcou a execução da obra para dias certos, depois desmarcou, tendo finalmente procedido à sua execução, sem dizer nada a ninguém. Disse estar ao corrente desta situação tendo feito uma reclamação e brevemente, alguém da empresa que executou a obra terá que corrigir essa situação porque os técnicos da Câmara tinham indicado o local onde os postes tinham de ser colocados e não foi aí que os colocaram. No que concerne ao Centro de Exames, sobre o qual a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara não tem qualquer ascendente, terá que reunir com os responsáveis de forma a que se minimizem os constrangimentos provocados.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes, disse ter ficado contente por ter ouvido do senhor Presidente da Câmara, o fecho dos polígonos dos aglomerados urbanos. Referiu ainda que, quando foi feito o PDM houve aldeias que ficaram com limites que não eram os corretos, nomeadamente na aldeia de Fontainhas, na qual três casas ficaram fora do polígono urbano. Agora, uma vez que estão a criar estes polígonos, seria bom que essas situações fossem corrigidas. Alertou depois para a necessidade de apoios à fixação de crianças nas aldeias da periferia. No caso de Serro Ventoso e Mendiga, conseguiram muito bem resolver a situação, criando condições para oferta de ATL's aos pais. No caso de S. Bento não é possível, havendo crianças a ser deslocadas da escola de S. Bento para a escola de Serro Ventoso. Alertou para a necessidade dessa discriminação positiva. Perguntou depois qual é a situação da sombra para o Centro Educativo de S. Bento.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que, em primeiro lugar, se queria dirigir à senhora Presidente da Assembleia Municipal passando a referir-se ao atraso no envio da documentação aos membros desta Assembleia. A senhora Presidente respondeu que ainda não o fez, mas que se irá referir a este assunto no primeiro ponto da ordem de trabalhos.-----

-----Continuando, Joaquim Santiago passou a dirigir-se ao senhor Presidente da Câmara, dizendo que estão a começar as Festas de S. Pedro, e que o ano passado houve graves problemas com o trânsito pedindo que esta situação venha a ser resolvida a contento de todos. Referiu-se ainda ao facto de não haver um parque de estacionamento para os membros da Assembleia Municipal. Fez depois menção aos esgotos na Cumeira e em Albergaria. Disse ainda que ouviu dizer que a alimentação nas escolas iria ser fornecida por uma empresa, não sendo confeccionada nas escolas, pedindo esclarecimentos. -----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----

-----Usando da palavra passou a cumprimentar todos os presentes, especialmente a Freguesia de S. Bento que hoje recebe esta Assembleia Municipal. Referiu-se depois ao tema da Saúde, que reputa fundamental para a comunidade e que tem sido aqui muito debatido. Continuou dizendo que não se trata de um problema novo, existindo já desde o anterior executivo, tendo vindo a travar-se desde essa altura uma luta que tem a ver principalmente com a fixação de médicos. Disse que pretendia questionar o senhor Presidente da Câmara mas que ele já acabou de responder que a ARS desbloqueou algumas situações, mas tem de desbloquear mais. Teceu depois mais algumas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considerações sobre o modelo em vigor no concelho de Porto de Mós, ressaltando a importância da associação Ur'Gente no sentido de apelar ao movimento cívico.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes, com especial ênfase ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento. Deixou ainda uma palavra de apreço à Associação Ur'Gente, que veio aqui fazer a sua apresentação e que luta por uma causa que é de todos, sendo este tema, muito grato e muito discutido por esta Assembleia Municipal, de forma consensual. Algumas respostas estão a ser dadas, tendo de estar atentos para que as mesmas sejam concretizadas. Agradeceu o empenho desta associação dizendo que pode contar com esta Assembleia, nesta luta.-----

-----Seguidamente disse que queria questionar a senhora Vereadora da Educação, sobre as refeições do 1º ciclo, pois teve conhecimento que as mesmas seriam distribuídas e que não seriam confeccionadas no próprio local. Face às condições que foram criadas nos últimos anos, com grande esforço do anterior executivo, munindo os centros escolares de equipamentos que permitem essa confeção com a maior qualidade, disse querer esse esclarecimento, perguntando se é para levar por diante essa ideia. -----

-----Disse depois que quer deixar aqui um reparo à senhora Presidente da Assembleia Municipal, referindo-se à exiguidade de tempo no fornecimento da documentação de suporte desta sessão, aos membros da Assembleia, pedindo que se tome atenção a isso, pois esse facto também limita todos os membros da Assembleia na análise dos assuntos da ordem de trabalhos.-----

-----Ao senhor Presidente da Câmara, perguntou, face ao prazo de limpeza dos terrenos pelos proprietários, e porque os municípios passam a ter a responsabilidade de se substituir aos proprietários incumpridores nessa limpeza, o que é que já foi feito até agora, porque se está a entrar na fase crítica das condições propícias a que haja incêndios.-----

-----Por fim, disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra para contar consigo e com a sua bancada para arranjar soluções e para alargar as próprias ARU's, e que tal como aconteceu com a Saúde, que seja um tema único e consensual, que promova a unanimidade nesta Assembleia Municipal.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes disse que iria ser breve pois o que tinha para dizer já foi aqui repetido duas vezes pelos anteriores intervenientes, sobre a Associação Ur'Gente. Assim, começou por dizer que todos sabem que é urgente olhar-se para esta causa da Saúde com algum cuidado, estando este tema na agenda da dia a nível nacional, constituindo um caos que não será fácil de resolver, pelo menos nos tempos mais próximos. Terminando disse que hesitou em integrar os órgãos sociais da Associação Ur'Gente, achando que não se deviam misturar a política com este assunto. Depois de falar com o Dr. João Amado, e de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhor conhecer os objetivos desta Associação, resolveu aceitar porque, todos são poucos, para participar nesta solução e tentar salvar a saúde no concelho.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por dizer ser um gosto estar hoje, nestas funções, na freguesia de S. Bento. Continuou dizendo que se está numa freguesia eminentemente rural e despovoada, e era bom que, à semelhança do que se falou agora relativamente à Saúde, quer esta Assembleia, quer o executivo municipal, fizessem uma reflexão profunda sobre uma estratégia concelhia para a agricultura. Como o senhor Presidente já disse, hoje o estigma da agricultura enquanto atividade económica não existe, porquanto, nunca este país teve tanta gente formada em Gestão Agrária e muitas outras áreas ligadas à agricultura. Hoje a agricultura até está na moda, vendo-se por exemplo que a vitivinícola dá cartas por todo o mundo, mas também outras áreas. Essa faz parte também de uma estratégia de fixação de pessoas.-----

-----Continuou dizendo que não pode deixar de fazer o reparo relativamente à documentação remetida aos membros da Assembleia, principalmente, porque tendo analisado as datas dos documentos, foram praticamente todos aprovados em reuniões de Câmara de finais de abril e durante o mês de maio pelo que não se justifica tão grande atraso.-----

-----Disse depois, que queria congratular-se com o acolhimento por parte do executivo de um reparo que o seu Grupo Municipal aqui trouxe, e que teve a ver com o alargamento do incentivo à natalidade, deixando de ser apenas aquele que o senhor Presidente anunciou na Festa de Natal e que se restringia apenas aos funcionários do município.-----

-----Prosseguiu dizendo que queria ainda perguntar ao senhor Presidente da Câmara, e talvez mais na pessoa da senhora Vereadora da Educação, o que é que levou o executivo, para o próximo ano letivo, no que diz respeito aos transportes escolares, a substituir os meios próprios da Câmara protocolando esse serviço com a Rodoviária do Liz, sendo que até na fundamentação da proposta, o que se diz é que, aparentemente, ou provavelmente, este protocolo será menos oneroso para o município. Disse ainda, dirigindo-se ao senhor Presidente que, "provavelmente", não é nada: ou é menos oneroso ou não é. Outra questão relativa aos transportes: como bem se sabe, nos termos da lei, a Rodoviária e outras, que fazem o transporte de crianças, não estão obrigadas às mesmas regras de segurança que existe para o transporte escolar fornecido pelas Câmaras, nomeadamente pela existência de vigilante. Já houve casos, infelizmente, de atropelamentos mortais de crianças, por este facto. Muitas das paragens feitas por estes autocarros, não são feitas em locais com as devidas condições de visibilidade, para que as crianças façam os atravessamentos em condições de segurança. Chamando a atenção para este assunto disse querer saber o que determinou esta opção, do ponto de vista económico e o que é que a Câmara pensa relativamente às condições de segurança inerentes.-----

-----Analisando os documentos da reunião de Câmara que aprovou os subsídios às associações

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desportivas, disse que lhe chamou a atenção uma situação que se refere a uma associação de artes marciais, que tendo dezoito atletas, a Câmara decide atribuir-lhe um subsídio de três mil e trezentos euros. Constatou depois que a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva da Mendiga tem vinte e quatro atletas e o subsídio atribuído é de dois mil e quinhentos e cinquenta euros, ou seja, mais atletas e menos subsidiação *per capita*. O Grupo Desportivo de Serro Ventoso tem quarenta e quatro atletas e direito a um subsídio de cinco mil seiscentos e quarenta e três euros, não conseguindo compreender estes rácios e dizendo querer uma explicação.-----

-----Continuando, disse que não poderia deixar de dar nota de uma notícia que lhe parece evidentemente má para o concelho e que tem a ver com a descida do Município, de forma abrupta, entre 2016 e 2018, no ranking nacional da eficiência de governação. Por último, disse que lhe chegou a informação, de que o subsídio relativamente aos Bombeiros Voluntários do Juncal, iria ter um decréscimo, perguntando ao senhor Presidente da Câmara quais as razões objetivas desse decréscimo. Mesmo a terminar, disse que aceitou integrar os órgãos sociais da Associação Ur'Gente, sendo que um dos pressupostos dessa aceitação foi nunca se politizar os propósitos dessa associação, até porque esta Assembleia tem estado sempre unida no combate pela Saúde, luta difícil de travar face aos condicionalismos do país e também às opções políticas do Governo Central.-----

-----**Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS):**-----

-----Apresentou os seus respeitosos cumprimentos a quem dirige esta reunião e a todos os presentes. Disse depois que, *"esta é a minha última Assembleia Municipal, interrompendo 25 anos de envolvimento político, desde 1997. Como é público, há uma participação no Ministério Público sobre o envolvimento de uma apropriação, de uma cópia, de uma obra de caráter científico, produzido por outrem. Isto não é compaginável com a minha presença neste órgão. Convém, urge, esclarecer definitivamente esta situação. Num momento tão mediatizado, em que se condena uma pessoa num segundo, uma falsa acusação, pode ser uma condenação perpétua. O esclarecimento desta situação, não é compaginável com a minha presença neste órgão. Compete o esclarecimento em lugar próprio, onde se fazem declarações sob juramento, e não discursos políticos. Resigno assim, ao mandato de deputado eleito em setembro de 2017. O meu combate agora será outro. É o tempo da política desafiar a verdade deixando de lado superioridades morais. Nunca existirá uma noção unívoca da verdade, mas neste momento, o que é suscetível de uma só interpretação, é o meu caráter. Tenho direito a lutar. Ao fim de vinte e cinco anos, eu queria desejar a todos quantos trabalharam comigo, e não foram poucas as pessoas, os maiores sucessos pessoais, familiares, profissionais e acima de tudo, com saúde. Agradeço empenhadamente, a todos aqueles que, ao longo de vinte e cinco anos, privaram comigo e fizeram o favor de engrandecer às organizações onde trabalhei. Um bem hajam, sincero."*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por justificar a sua falta à última sessão da Assembleia Municipal, apesar de ter apresentado a justificação à senhora Presidente. Disse ainda que foi com pena que não pode estar presente nessa sessão, principalmente, porque foi aí que foi discutido e votado, um ponto da ordem de trabalhos que lhe é caro e que tem a ver com a construção do hotel. Disse ainda que se tivesse estado presente teria votado rigorosamente como esta Assembleia votou, apesar de, disse, ser como S. Tomé, só depois de ver o hotel construído, é que acredita.-----

-----Outra situação que hoje o deixa especialmente satisfeito, é ver a convergência que se verifica entre todas as bancadas desta Assembleia, relativamente a um problema fulcral, que é a Saúde no concelho de Porto de Mós. Continuou dizendo que todos estão preocupados com a Saúde, como sempre estiveram, só lamentando que tenha de existir uma associação para resolver esses problemas e que tenha de vir a comunicação social para se resolverem os problemas das pessoas, achando que os políticos existem para resolver esses problemas. Disse ainda que só tem de louvar a associação, porque pelo menos no dia da manifestação, dali saiu alguma coisa e hoje foi aqui provado que a associação está com vontade, podendo contar com o apoio de toda a Assembleia Municipal, como já foi aqui dito por todos os intervenientes nesta sessão.-----

-----Referiu-se depois ao ranking municipal que vem colocar o concelho de Porto de Mós abaixo do que se encontrava anteriormente, segundo uma tese publicada na página da Ordem dos Economistas. A celeuma que isto provocou, fez com que, a Associação Nacional de Municípios, se viesse demarcar por completo deste estudo, que tem por base indicadores de 2016. A própria ordem dos economistas, na sua página, com data de 13 de maio, escreveu o seguinte: "*Nos últimos dias, vários meios de comunicação social referiram-se de forma inexata, ao evento onde foi apresentado o estudo, com base em tese de doutoramento, de um membro desta Ordem dos Economistas. Tal obriga-nos a esclarecer, que desde a sua criação, esta Ordem dos Economistas tem procurado facultar aos seus membros, condições logísticas para que estes apresentem aos membros e ao público, as suas obras, em especial, quando estas versem sobre temas de ciência económica, sem que, como é evidente, tal represente para esta associação pública profissional, qualquer coautoria, sobre os conteúdos divulgados, que só vinculam os respetivos autores.*" Terminou dizendo, que isto é para se perceber qual a credibilidade deste estudo, quando a própria ordem dele se demarca, tal como a ANMP.-----

-----Seguidamente, passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara que disse que começaria já pela anterior intervenção de Antonio Pires, dizendo que efetivamente o que aconteceu quando se recebeu esta notícia, foi procurar esclarecimentos, não estando agradados com esta situação, até porque, é profundamente injusta para o Município de Porto de Mós. A Ordem dos Economistas demarcou-se, e demarcou-se também a DGAL e a Associação Nacional

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Municípios Portugueses. Esta última entidade, de forma veemente, exigiu a retirada imediata e publica do nome da ANMP de todos os documentos respeitantes ao referido ranking, bem como de todos os e-mail's. A Câmara Municipal de Porto de Mós foi mais longe, tendo falado com o autor, tendo ele dito que não tinha base de sustentação documental para o ano de 2018. Não a tendo, teve de se reportar, a outros indicadores, ao ano de 2017. Este estudo, disse, começa logo por ser uma fraude, idêntica ao autor, que foi Presidente de Câmara do Cartaxo durante anos, tendo deixado a Câmara falida, pelo que o Dr. Paulo Caldas não merece qualquer tipo de credibilidade. Este assunto, logo no início, foi falado na Comunidade Intermunicipal de Leiria, e alguns municípios, tiveram o inverso de Porto de Mós, e decidiram que não fariam qualquer tipo de comunicação, porque a grande maioria conhece o autor e a pouca credibilidade que ele tem. O que este senhor merece é ser descredibilizado por todos, não devendo fazer-se disto um facto político, porque Porto de Mós não merece isto, nem hoje nem em 2017, porque Porto de Mós é muito melhor do que aquilo que este senhor tentou transmitir. Concluiu dizendo que este é um assunto que considera encerrado.-----

-----Sobre a questão do hotel, disse que as coisas estão a andar.-----

-----Quanto à questão colocada por Mário Cruz sobre os Bombeiros Voluntários do Juncal, disse que gostaria de contar uma pequena história e que é a seguinte: a Câmara orçamentou para 2019, cento e oitenta mil euros para transferências para os três corpos de bombeiros, com a possibilidade de introdução de uma nova cláusula, que é uma cláusula justa, sendo um pedido sistemático dos bombeiros de Mira de Aire, porque fazem mais quilómetros na prestação dos cuidados de saúde de urgência, do que faz Juncal e Porto de Mós, introduzindo aqui um fator de ponderação, que pudesse de alguma forma, valorizar esse facto. Este fator de ponderação, dá eventualmente a Mira de Aire, mais dois ou três mil euros, num conjunto de cento e oitenta mil. O que aconteceu foi que fomos confrontados com a possibilidade de vir uma EIP – Equipa de Intervenção Permanente, para o concelho de Porto de Mós. Questionada a Câmara sobre este assunto pelo senhor Secretário de Estado, o que o Presidente da Câmara disse, foi que, o que fazia sentido era os dois corpos dos bombeiros que ainda não tinham uma EIP (Juncal e Mira de Aire), ficarem servidos com esta equipa. A resposta do Secretário de Estado foi no sentido de dizer que o Juncal estava fora de zona de risco. O Presidente reiterou o que vinha a dizendo sobre a problemática do Juncal e sobre o facto de se avaliar a ponderação de risco do Juncal com o facto de não ter tido incêndios nos últimos dez anos. Isto pondera positivamente, e por essa razão, o Juncal e Calvaria saíram de zona de risco de incendio. O senhor Secretário de Estado, disse que seria mais complicado atribuir EIP's em zonas que não tinham risco. Ainda assim a Câmara insistiu, e dessa insistência resultou a possibilidade de se receberem as duas EIP's. Repetiu que havia cento e oitenta mil euros orçamentados, tendo sido chamados os três corpos de bombeiros, pedindo-lhes uma compreensão, porque a Câmara não tinha capacidade orçamental para fazer face a mais sessenta mil euros, que era quanto custariam as duas EIP's. Iriam ser estudadas soluções, mas se não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fosse possível, este ano, os corpos de bombeiros teriam de fazer um esforço adicional em função do benefício que era receberem a EIP. Os bombeiros de Porto de Mós, foram os primeiros a compreender isto, que nem sequer tinham, em princípio, que estar envolvidos neste processo. Foi feito o ajustamento, e na ponderação das despesas correntes, ajustou-se o valor que antes era de cento e dez mil euros, para cento e trinta mil euros, dividindo dentro dos critérios que são conhecidos, o valor por todos, para este ano de 2019. Daí resultou que os bombeiros de Porto de Mós recebessem menos dez mil euros, e os bombeiros dos Juncal e de Mira de Aire recebessem cerca de vinte mil euros a mais, incluindo a EIP. No resultado final, o ano passado, 2018, a Câmara Municipal transferiu para os três corpos de bombeiros cento e oitenta mil euros em despesas correntes, não falando de obras nem de apoios a outro tipo de iniciativas. Como é sabido, já este ano foram transferidos cerca de trinta mil euros em equipamentos, para os três corpos de bombeiros. Vão ser transferidos duzentos e vinte mil euros, dos quais, cinquenta e nove mil são para os bombeiros de Porto de Mós, trinta e oito mil para os de Mira de Aire e trinta e dois mil para os de Juncal, e mais trinta mil euros para cada um, referente às EIP's. Conta final: Porto de Mós oitenta e nove mil euros, Mira de Aire sessenta e oito mil e Juncal, sessenta e dois mil euros. Isto é o que vai ser transferido. Mas rapidamente, gostaria de fazer aqui um pequeno exercício, que acha que vale a pena para se perceber onde é que nos temos de posicionar, porque pessoalmente gosta muito de equidade, achando que deve ser esta a base de trabalho do executivo, e também gosta muito que as coisas sejam transparentes. Ouvidos que foram os valores que vão ser transferidos, é bom que se tenha conhecimento da responsabilidade efetiva, que é apurada pela ANPC e que foi enviada à Câmara Municipal: Bombeiros de Porto de Mós, em relação a proteção civil, 53,8%; Mira de Aire, 26,7%; Juncal, 19,5%. No que se refere à percentagem de distribuição dos cento e trinta mil euros, Porto de Mós, que presta 53,8% de serviço à comunidade da zona onde intervém, recebe 45,6%, Mira de Aire que presta 26,7%, recebe 29,4% e o Juncal que presta 19,5% do serviço, recebe 25%. A percentagem global, com EIP's incluídas, Porto de Mós recebe 40%, Mira de Aire, 31,6% e Juncal, 28,4% . Se isto é roubar os bombeiros do Juncal, disse, pede que alguém lhe explique se os critérios estão errados. Mas se estiverem errados estão a desfavorecer em primeiro lugar Porto de Mós e a seguir Mira de Aire. Referiu que a EIP também conta porque sai exatamente dos cofres da Câmara Municipal. Terminou dizendo que este executivo não cede a chantagens, continuando a achar que a Câmara não está a ser justa para os outros, beneficiando ainda assim os bombeiros voluntários do Juncal, sendo que a sua área de intervenção é substancialmente mais pequena. Há aqui uma compreensão efetiva de que é necessário continuar a apoiar as instituições, mesmo que mais pequenas, pois também têm os seus custos, e por isso mantêm-se regras fixas, e por isso se insistiu na vinda de uma EIP para o Juncal, que foi uma luta deste executivo a pedido do senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Juncal, pedido explícito e por escrito.-----
-----Relativamente aos transportes escolares, disse que não é verdade. O que acontece é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se está num processo intermunicipal – já o anterior executivo tinha transferido a responsabilidade de operador de transportes rodoviários para a Comunidade Intermunicipal, num espírito de princípio de acordo de coesão do território – estando a CIM a ultimar o lançamento de um concurso internacional para servir transportes públicos em toda a rede e naturalmente a Câmara não fica com capacidade para poder ser operador. Esta é a razão por que se entrou num processo de concurso internacional. Ou Porto de Mós ficava de fora ou integrava um concurso que é integrado por todos os municípios da Comunidade Intermunicipal. Os autocarros da Câmara continuarão ao serviço da comunidade, deixando de fazer transportes escolares. Continuou dizendo que foi acautelado pelo executivo a questão dos vigilantes. No acordo de princípio com a Rodoviária do Liz, a Câmara disponibilizará auxiliares para garantirem a vigilância aos alunos do 1º ciclo, precisamente por que está preocupada com essa situação. -----

-----A Gabriel Vala disse que esta questão da saúde é uma preocupação de todos e chegou o momento em que a corda partiu, porque chegou uma altura em que se deixou de ter quem nos recebesse no ACES Pinhal Litoral. As pessoas que aqui intervieram, desde os membros da Associação Ur'Gente, bem como os senhores Presidentes de Junta, viveram com a ausência de respostas por parte dos responsáveis da Saúde. Houve depois lugar a uma comunicação fantástica de o Presidente de Câmara ter de reunir com os autarcas das freguesias para pôr a população na ordem. Continuou dizendo que as coisas não estão resolvidas, e tendo já reunido com o atual coordenador, Dr. Nuno Couto, ele próprio está na expectativa sobre esta equipa, os novos médicos que vão entrar, para ver se tem pessoas que o apoiem para avançar para a USF.-----

-----Respondendo depois a David Salgueiro, disse que no que se refere às refeições do 1º ciclo, deixou de haver condições efetivas para se poder confeccionar em Mira de Aire, sendo uma situação que já está acordada com o Agrupamento de Escolas e vai ser uma IPSS de Mira de Aire que vai servir as refeições na escola. A situação de Alqueidão da Serra vai-se manter nos mesmos moldes. No que se refere aos polos escolares de Porto de Mós e Pedreiras, o protocolo com a ADP tem uma cláusula que diz que eles podem questionar o local onde confeccionam as refeições: na própria escola ou nas suas instalações. Neste momento, não há informação de que vão sair dos polos escolares, para confeccionar as refeições nas suas instalações.-----

-----No que se refere à limpeza dos terrenos, disse que já neste última quinzena de junho, foram recebidos na Câmara, 330 autos levantados pela GNR, tendo sido reencaminhados para os proprietários, sendo que a maioria são do Juncal. O procedimento é que têm trinta dias para limpar e aos que não limparem, levantam a contraordenação.-----

-----Quanto à questão das ARU's, disse que foi lançada a ARU de Mira de Aire, porque se trata de uma urgência. Mira de Aire tem uma situação diferente de todo o restante concelho, não compreendendo por que é que na altura em que se lançou a ARU de Porto de Mós não se fez o mesmo para Mira de Aire, não sendo verdade que não se pudessem avançar ARU's noutros territórios, fora da sede do concelho. O que não pode é entrar nas candidaturas PARU, que essas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sim, são apenas para as sedes de concelho.-----

-----Quanto às questões colocadas pelo senhor Joaquim Santiago, disse que, embora uma delas não lhe compita diretamente, tem de a referir. O artigo 17º do Regimento da Assembleia Municipal, diz que a ordem do dia, é entregue a todos os membros, com a antecedência de, pelo menos, dois dias uteis. Juntamente com a ordem do dia, deverão ser enviados todos os documentos, o que foi feito. Os senhores membros da Assembleia Municipal foram convocados da sessão e a ordem de trabalhos foi enviada dentro do prazo legal. No que se refere ao trânsito nas Tasquinhas, este ano, foi desenhado um plano de segurança e evacuação das Festas, um pouco diferente, que passou a explicar.-----

-----Respondendo rapidamente a Samuel Dinis, disse que relativamente à sombra para o Centro Educativo de S. Bento, foi tentada uma solução, que ainda não foi conseguida, porque não é de fácil resolução, tanto mais que esse pedido já vem desde 2014.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a referir-se também à questão colocada por Joaquim Santiago, dizendo que depois da explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara, também considera que os dois dias para o envio da documentação são pouco tempo, pedindo ao Dr. Rogério Nunes para ajudar a agilizar essa situação.-----

-----Seguidamente, o senhor Vereador com o pelouro do Desporto, Eduardo Amaral, respondendo a Mário Cruz acerca da questão formulada sobre os subsídios, disse que existe um regulamento que está disponível no site do Município, que define exatamente quais são as áreas de apoio. Existem áreas de apoio para desporto federado e para desporto individual. O desporto federado, em função dos escalões etários, têm um determinado valor para cada escalão, e em função do número de atletas, também. Nos desportos individuais, passa-se o mesmo, há um pagamento por atleta e depois um pagamento em função de tranches de atletas. Atingindo determinados patamares, tem determinado valor, por isso é que por vezes, as diferenças dos desportos individuais comparativamente com os desportos coletivos, são distintas, porque não se trata de escalões iguais, logo não são os mesmos valores. Para que os processos sejam transparentes, os clubes apresentam com a candidatura, o número de equipas, o que é confirmado com as associações ou com as federações, e depois esses números são-nos enviados pela federação, como comprovativo real, para que os números sejam atribuídos.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia, no uso da palavra, disse que chegou à Mesa, uma proposta de Voto de Pesar, subscrita por todos os Grupos Municipais, que passou a ler:--

-----"Proposta de voto de pesar dos deputados da Assembleia Municipal de Porto de Mós e de todos os Presidentes das dez Freguesias:-----

-----Fomos surpreendidos no passado muito recente pelo trágico e brutal falecimento do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor Manuel Luís Santiago, natural de Cumeira de Cima, freguesia de Juncal deste concelho, onde sempre residiu, foi sócio gerente da sociedade F. Santiago, S.A. e piloto aviador de reconhecida experiência, quem privou com ele sabe da sua paixão pelo voo.-----

-----Desempenhou também as funções de deputado municipal nesta casa, nos anos de 1997 a 2005, tendo ocupado o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia.-----

-----Teve um papel relevante na valorização da sua comunidade.-----

-----Como empresário a sua ação marcou várias gerações, como cidadão e autarca, teve um percurso exemplar de dedicação à causa pública e ao ideal autárquico, tendo realizado um trabalho notável ao serviço da nossa comunidade.-----

-----Pela sua postura e conduta, ao longo da sua vida cultivou o respeito e a amizade daqueles com quem se relacionou e por todos será recordado, como Homem Bom deste concelho, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal de Porto de Mós, delibere:-----

-----a) Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Luís Santiago, guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

-----b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar."-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia disse que, acompanhou o Dr. João, Vice-Presidente da ARS, na visita que este fez ao concelho de Porto de Mós, visitando todas as extensões de saúde. Disse ainda que em representação da Assembleia Municipal, irá integrar a missa dos festeiros, como tem sido habitual ao longo dos anos. Dentro do possível, sempre que a Presidente é convidada para qualquer festividade, disse que tenta estar presente, sempre em representação da Assembleia Municipal.-----

-----Continuou depois dizendo que a documentação para a Assembleia Municipal, será sempre enviada por e-mail, sem prejuízo de a mesma ter de seguir, por imposição legal, por correio, registada com aviso de receção.-----

-----Disse depois que gostaria de agradecer ao senhor Telmo Conceição, que acompanha estas sessões, e que ofereceu à Assembleia Municipal, o arranjo que está aqui exposto.-----

-----**2. Ação de Controlo ao Município de Porto de Mós - Urbanismo - Comunicação de homologação do relatório:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a referir que foi rececionada nos serviços, da Secretaria de Estado a homologação de um procedimento inspetivo, por parte da IGF – Inspeção Geral de Finanças, que substitui a antiga Inspeção Geral de Autarquias Locais. Disse ainda que se está a aqui a dar cumprimento a um preceito legal que manda que se dê conhecimento à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal das conclusões desta inspeção. Disse depois que há dois ou três processos que foram encaminhados para o Tribunal Administrativo, sendo que os advogados do município entendem que estes já caducaram e além disso, foram administrativamente resolvidos, não configurando risco. Continuou dizendo que há aqui duas situações de dúvidas, porque na altura o município fez o contraditório, e que se referem a contraordenações, cujos valores das coimas foram recebidas indevidamente. Trata-se de situações de pouquíssimo valor e que não lhe parece relevante. Há aqui um conjunto de recomendações a que o município está a dar cumprimento não considerando haver nada de grave. -----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, dedicando um especial cumprimento à população da Freguesia de S. Bento, congratulando-se com a iniciativa da senhora Presidente da Assembleia da realização destas sessões descentralizadas.-----

-----Respondendo depois ao senhor Presidente da Câmara sobre a limpeza dos terrenos, que na prática, não basta um mês para que as situações fiquem resolvidas. Disse que tem conhecimento de situações que também são do conhecimento do Gabinete de Ambiente da Câmara Municipal, que há vários meses a esta parte há situações preocupantes em determinados sítios, e outros elementos sabem disso, e não foi feito nada. E vai para um ano que isso aconteceu.---

-----No que se refere ao presente ponto da ordem de trabalhos, disse que quando recebeu a documentação viu que este relatório tinha 167 páginas, pelo que foi ver as conclusões do mesmo. Vendo as conclusões, disse que primeiro ficou preocupado, passando a citar "*Sublinho que o município de Porto de Mós procedeu à isenção de forma irregular, do pagamento de taxas pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanas e da compensação em numerário que era devido, em três processo distintos, situação que determina a participação ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.*" Depois de ler mais alguma coisa, disse que chegou à conclusão que nos três processos referidos, a Câmara isentou do pagamento das taxas um Clube Desportivo, e duas IPSS's do concelho. Os senhores que fizeram esta fiscalização, podem ter chegado à conclusão que essa isenção pode ter sido feita de uma forma irregular, mas sabendo depois a quem foi feito, não faz qualquer sentido remeter para tribunal. Assim, disse, a Câmara fez muito bem em isentar dizendo não compreender uma participação ao Tribunal Administrativo contra a Câmara Municipal de Porto de Mós, só porque um executivo isentou de pagamento um Clube Desportivo e duas IPSS's que tanto trabalham em prol da população. Disse ter ficado pasmado por tal poder acontecer e que a Câmara deve dizer exatamente isso, que ajudou as instituições do concelho.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que como Luís Almeida, também ficou preocupado. Mas antes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de continuar, disse que queria aqui fazer uma declaração de interesses, porque é o Presidente da Assembleia Geral da coletividade que está aqui em causa. Disse depois que se está a falar do Centro Cultural e Recreativo D. Fuas, de Fonte do Oleiro, que começou a construção de um pavilhão em 2002, e foi um processo que andou a arrastar-se uma série de tempo. Está depois em causa o Solar do Povo, no Juncal e os Escuteiros de Porto de Mós. São todas instituições de solidariedade social. Continuou dizendo que o que o preocupa aqui é que, quando esses regulamentos vêm à Assembleia Municipal deveria prever-se taxa zero para essas situações. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que os advogados do município já referiram que se trata de processos cujos prazos já foram ultrapassados. Disse ainda que o executivo está cá para tentar encontrar uma solução, pensando que esta não será onerosa para o município.-----

-----A Luís Almeida disse que não conhece essa situação específica a que se referiu sobre a limpeza de terrenos. No entanto o que a lei preconiza é o que disse acima.-----

-----3. Modificação aos Documentos Previsionais 2019-2022:-----

-----3.1. 2.ª Revisão ao Orçamento;-----

-----3.2. 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar os pontos supra, conjuntamente, dizendo que este pedido de revisão decorre dos atrasos do Tribunal de Contas no visto para o concurso da Central. O contrato foi assinado em 4 de março de 2019, com o pressuposto que se conseguiria iniciar a obra em maio. Passou maio, e embora a reprogramação esteja aprovada, estando garantidos os fundos comunitários, mas tendo passado os prazos, teve que ser feito um novo pedido de reprogramação à CCDR, porque inicialmente este pedido de candidatura terminava no final de 2020, mas os 599 dias, agora já passam para 2021, não estando a rubrica aberta para 2021, porque tal não se previa e nesse sentido teve de ser feita uma revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto **3.1. 2.ª Revisão ao Orçamento**, que foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto **3.2. 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos**, que foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----4. Regulamento da FabLab de Porto de Mós – Proposta;-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao senhor Vereador Marco Lopes, que disse ser o criador desta estrutura.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra o senhor Vereador Marco Lopes, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que em reunião de Câmara de 17 de janeiro de 2019, deu-se início do procedimento de elaboração da Fab Lab de Porto de Mós. Depois em reunião de Câmara de 14 de fevereiro de 2019 procedeu-se à abertura da discussão pública, relativamente a esse regulamento. A discussão pública fixou-se em trinta dias a contar da data de publicação do respetivo edital no Diário da República, que teve início em 29 de março. No prazo de discussão pública, não se registou qualquer sugestão ou declaração sobre o referido regulamento, tendo sido submetido novamente a reunião de Câmara vindo agora a sessão da Assembleia Municipal, com vista à sua aprovação. A Fab Lab já tem as máquinas testadas, que estão a funcionar, faltando apenas fazer a ligação aos computadores, ficando pronta para laborar.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra disse que no anexo não se faz referência à moeda, pressupondo que se trata de euros. Perguntou depois se, relativamente ao operador de que se fala, a Câmara já definiu quem é. Terminou perguntando, se em termos de segurança, esta questão está salvaguardada.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra disse quer deixar aqui uma nota sobre a resignação do deputado Rui Neves, esperando que seja só por um curto espaço de tempo e que volte novamente a esta Assembleia, porque é uma pessoa que faz falta. O ataque político que lhe foi feito pessoalmente, pôs em causa o trabalho de 25 anos em prol da comunidade, que sempre desempenhou com a maior competência e idoneidade. Disse ainda que quanto a esta situação, teria bastado a senhora Presidente da Assembleia ter mandado uma adenda ao autor para corrigir tal lapso, podendo o assunto ter ficado encerrado por aí. Disse ainda que considera que as coisas foram longe de mais, acreditando que o deputado Rui Neves querará dar seguimento ao processo em sua defesa e da sua honorabilidade. Deixou o lamento de a sua bancada não poder contar com ele, mas que tudo farão para dignificar tudo o que lhes tem ensinado. No que se refere à Fab Lab, disse que só queria deixar uma nota, quanto ao horário de trabalho, das 10 horas às 18 horas, e que este retire a possibilidade de quem trabalha por conta de outrem, usufruir das instalações. Os próprios estudantes, também a partir das dezoito horas é que têm disponibilidade para se dedicar aos seus projetos pessoais. Perguntou depois, que funcionários técnicos estarão presentes para auxiliar os utentes na utilização dos equipamentos.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra, começou por dizer a Filipe Batista que, quando se fala em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pagamentos, só pode ser em moeda corrente. Continuou dizendo que no regulamento não há nada que diga, de que forma é que a Fab Lab poderá ajudar o utilizador no licenciamento dos produtos, e por se tratar de uma atividade criativa, no registo de patentes.-----

-----Passou a responder o senhor Vereador Marco Lopes dizendo que em termos da segurança na laboração, esta está devidamente acautelada, estando um técnico afeto a esse serviço. No que se refere ao licenciamento das peças, disse que isso está referenciado no anexo.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **4. Regulamento da FabLab de Porto de Mós – Proposta** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**5. Regulamento do Banco Local de Produtos de Apoio do Município de Porto de Mós – Proposta;**-----

-----A senhora Vereadora com o pelouro da Ação Social, depois de cumprimentar todos os presentes, passou a fazer o enquadramento deste regulamento, dizendo que este nasceu da constatação da necessidade que há, depois de várias reuniões com as IPSS's do concelho, de terem disponíveis estes produtos, de forma a poderem-se apoiar, principalmente as pessoas com mais carências socioeconómicas.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra disse queria congratular o município pela iniciativa, referindo que Alqueidão da Serra tem um plano destes de uma forma mais informal, tendo uma parceria com a Casa do Povo. Acerca deste regulamento disse que a limitação financeira aqui prevista, poderia ser escusada, porque mesmo pessoas com mais recursos, no caso de ocorrer um acidente e precisar por exemplo, de uma cadeira de rodas, não necessitaria de investir esse dinheiro numa situação que seria temporária.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando a palavra disse que é precisamente esta questão financeira mencionada pelo anterior interveniente que o leva a usar da palavra. Passou a referir que o regulamento no artigo 3º, diz que o banco de produtos de apoio, tem como objetivo, na sua alínea a), proporcionar apoio a pessoas em situação de dependência permanente ou temporária, cuja situação de saúde requeira a utilização de ajudas técnicas. E é aqui, disse, que as coisas impeçam. Relativamente às pessoas em situação de dependência permanente, ou seja, pessoas com um grau de deficiência superior a 60%, porque as pessoas portadoras de deficiência, não podem ser excluídas por lei, de qualquer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

benefício em função da sua situação económico-financeira. O regulamento é meritório e a iniciativa também, mas o problema é que não há aqui uma diferenciação e ela tem de existir sob pena de esta norma regulamentar ser ilegal. Assim, disse que propunha, apesar de ter havido discussão pública, que fizesse baixar de novo o regulamento à Câmara e que se fizesse constar essa distinção. Pode constar aqui uma norma de diferenciação financeira, mas não para pessoas portadoras de deficiência. -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que quer congratular o município pelo facto de ter criado este apoio, pois é sua opinião de que as pessoas devem estar em primeiro lugar, e estas necessidades por vezes causam alguns constrangimentos na economia familiar. Disse depois que o PSD concorda que, devem ser beneficiários destas ajudas técnicas, deste banco local de produtos de apoio, as pessoas carenciadas, devendo haver aqui uma preocupação com a justiça social. A segunda nota que aqui quer deixar é que está aqui previsto que entidades individuais ou coletivas possam fazer donativos destas ajudas técnicas, o que considera importante para o município e para a população em geral. Disse ainda que deve haver por parte do município, uma divulgação de que podem aceitar o donativo dessas ajudas técnicas. Uma terceira nota é a possibilidade de dar aos beneficiários que estão contemplados aqui no regulamento, de, mais rapidamente acederem a estas ajudas técnicas. Numa apreciação geral, o regulamento é explícito, claro e conciso e de fácil interpretação. Sugeriu ainda à senhora Vereadora, para se ter a noção de se é muito utilizado, se faça a monitorização e informe a Assembleia dessa utilização. Quanto à questão que Mário Cruz colocou, disse que no artigo 3º não se fala de deficiência, mas sim em dependência permanente. Disse que se está a levantar um problema que não existe, mas que a senhora Vereadora explicará, certamente.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----No uso da palavra, disse que a sua intervenção vai no sentido da que foi feita por Filipe Batista, dizendo que S. Bento tem em funcionamento uma solução destas há vários anos e que são da opinião de que o artigo 5º, deve abranger todos os munícipes, independentemente da condição económica, e o artigo 6º deve deixar de existir. Isto porque estes bancos locais de produtos, são utilizados em situações temporárias, exatamente como está no regulamento, e em situações emergentes. Se a pessoa passar a necessitar do equipamento com um carácter permanente, deixa de ser uma necessidade temporária e havendo uma carência, a Segurança Social existe para fazer face a essas situações. Concluindo, disse que a proposta do Partido Socialista, vai no sentido de alterar o artigo 5º, abrangendo todos os munícipes e remover o artigo 6º.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Olga Silvestre** voltou a pedir a palavra, dizendo que é contra a proposta apresentada pelo anterior interveniente, porque se pode dar o caso de estar a ser utilizado um colchão anti escaras por uma pessoa que o pode pagar, e outro que não o pode fazer, e não o vai arranjar, está na lista de espera.-----

-----**Samuel Costa** respondeu que acredita que com esta limitação, corre-se o risco de ter muitas pessoas que são de classe média e média baixa, que não se enquadram neste perfil, havendo camas anti escaras paradas que não vão ser utilizadas por este facto que restringe tanto. -

-----A senhora Vereadora passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que realmente não existem produtos para todos. Trata-se de dar aqui uma resposta social e complementar, não pretendendo o município substituir-se à Segurança Social. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos – **Regulamento do Banco Local de Produtos de Apoio do Município de Porto de Mós – Proposta** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 6 (seis) votos contra e 25 (vinte e cinco) votos a favor.**-----

-----O Partido Socialista apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: -----

-----“PROPOSTA DO PARTIDO SOCIALISTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----*Banco Local de Produtos de Apoio do Município de Porto de Mós*-----

-----*Tendo em conta de que são produtos de utilização temporária e emergente, sugerimos que seja alargado o empréstimo a todos os munícipes numa modalidade de first-come, first-served, e disponibilidade dos equipamentos, com a seguinte justificativa:-----*

-----*Sendo produtos que na maioria dos casos, servem para a melhoria dos utentes em período de convalescença ou em casos de transição entre domicílio/IPSS em situações pontuais, acreditamos que todos os munícipes devem poder beneficiar deste Banco e a possibilidade de haver uma oferta capaz de dar resposta a todos os pedidos com a envolvência da comunidade e entidades locais.-----*

-----*Tendo também em conta a modalidade de empréstimo dos produtos (artigo 9º), e face ao acima exposto sugerimos a alteração do artigo 5º para abranger todos os munícipes e remoção do artigo 6º. -----*

-----*Consideramos não haver qualquer quebra de precedente, face ao facto que o regulamento foi já corrigido pela CM após discussão pública.-----*

-----*Os pedidos poderiam também ser feitos diretamente na Junta de Freguesia local de modo a salvaguardar uma maior facilidade de acesso.-----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Por último, ainda que a proposta da bancada do PS de alteração possa não ser aceite em sede de Assembleia Municipal, votamos a favor, pelo facto de mesmo na sua forma atual mais limitada, considerarmos ser uma valia para o Município."-----

-----Seguidamente, o deputado municipal Mário Cruz passou a apresentar também uma declaração de voto, dizendo que, para que conste em ata, o sentido de voto do Grupo Municipal AJSIM, foi de rejeição, não pela natureza do regulamento, com a qual concordam inteiramente e com a iniciativa, mas antes, por considerarem que o regulamento em causa, conforme a sua intervenção, contém irregularidades de deveriam ser sanadas.-----

-----A senhora Vereadora com o pelouro da Ação Social, usou ainda da palavra para agradecer a aprovação deste regulamento, que permitirá apoiar a população do concelho.-----

-----**6. Transferências de competências para as freguesias, no ano de 2019, nos termos do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril; proposta da Câmara Municipal;**-----

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que foi discutida e aprovada em reunião de Câmara de 19.06.2019, e que a seguir se transcreve:-----

-----"O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, veio concretizar a transferência de competências dos Municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.-----

-----Com este Decreto-lei é reforçada a autonomia local não só através da descentralização de competências da Administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as suas estruturas associativas, mas também através da redistribuição de competências entre a Administração autárquica.-----

-----Nesse contexto, surgem as freguesias enquanto autarquias locais cujos órgãos se encontram mais próximos dos cidadãos, que por sua vez, permitem a afirmação do seu papel como polos essenciais da democracia de proximidade e da igualdade no acesso aos serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento das regiões mais periféricas e do interior, assim assegurando uma maior coesão territorial.-----

-----Para o efeito, e porque é apanágio deste Município acompanhar as linhas orientadoras emanadas do Governo, no estrito cumprimento da lei e como parte deste processo de descentralização é nosso entendimento proceder à transferência de competências nos termos consagrados no diploma legal em referência.-----

-----No entanto, **considerando que:**-----

----- 1) Para o ano em curso, se encontra em vigor o Acordo de Execução celebrado entre o Município e as Freguesias que contempla a execução das matérias vertidas nas alíneas a) a f), do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

n.º 1 do artigo 2.º do supra citado Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;-----

----- 2) As restantes competências a coberto das alíneas g) a m) referem-se a procedimentos de licenciamento integrados na gestão do município;-----

-----3) O hiato de tempo remanescente para o termo do presente ano, após a conclusão do procedimento para a transferência de competências, não se justifica do ponto de vista financeiro;-----

-----4) Todas as juntas de freguesia deram o seu parecer positivo sobre a proposta de rejeição emanada pelo Executivo Municipal, com base no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;-----

-----Em face do exposto, proponho o seguinte:-----

-----Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal com o seguinte conteúdo:-----

-----1. Que o Executivo Municipal delibere, com base no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, submeter à Assembleia Municipal, manter no âmbito de intervenção do município as competências referidas no n.º 1 do artigo 2.º do mesmo Decreto-Lei, exclusivamente referente ao ano de 2019.-----

-----2. Em relação à transferência de competências para 2020, com base na Reunião de Conselho de Ministros de 30 de maio de 2019, foi aprovado, através do Decreto-Lei de Execução Orçamental, o alargamento do prazo para o dia 30 de setembro de 2019, para os municípios comunicarem o eventual não exercício das competências transferidas em 2020, aguardando o diploma a respetiva promulgação e publicação, conforme comunicação oportunamente recebida parte do Senhor Secretário de estados das Autarquias Locais;-----

-----3. Que esta proposta seja aprovada em minuta pela Assembleia Municipal para efeitos de execução imediata."-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Transferências de competências para as freguesias, no ano de 2019, nos termos do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril; proposta da Câmara Municipal** – posto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro;**-----

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a informação que foi presente a reunião de Câmara de 06.06.2019, para conhecimento, e que a seguir se transcreve:-

-----"A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22/2015, de 17 de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----Face ao exposto, na sequência da aprovação da referida autorização prévia genérica em Assembleia Municipal de 30-11-2018, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2019, junto se anexa um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 01-04-2019 a 31-05-2019."-----

-----**8. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que estava disponível para responder às questões que entendessem colocar-lhe, face ao documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que se trata mais de deixar uma nota do que propriamente uma questão ao senhor Presidente da Câmara. Relativamente a 31.05.2019, apresentava uma taxa de execução orçamental de 14,5%. Em termos de despesa de capital, traduz-se na sua ótica, numa falta de investimento no concelho. Se se conseguisse pelo menos definir quais as metas em termos de percentagem que o executivo pretende atingir em ao nível do fornecimento de água e execução de saneamento no concelho até ao fim do mandato, isso já seria bom para se poder ficar mais tranquilo, relativamente às metas e objetivos a que se propõem.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, referiu-se ainda ao Regulamento do Banco Local de Produtos de Apoio, dizendo que foi pena, quando o mesmo estava em discussão pública, não terem dado nenhuma sugestão. Disse depois que queria dar os parabéns ao município pelos projetos que tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em curso, e pela aposta que tem vindo a fazer, neste mandato, no turismo e na cultura e também na ação social.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usou da palavra fazendo alguns comentários quanto aos semáforos perto da escola, que já estão arrançados e também quanto à pintura da estrada da Bezerra que não foi até ao fim, mas já está melhor do que estava.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Referiu-se ao facto de haver um município da sua freguesia que fez uma proposta ao orçamento participativo jovem nacional com o tema de "Peregrinar em Segurança", pedindo aos presentes para participarem na votação.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo, relativamente às despesas de capital, que são das melhores dos últimos anos. Continuou dizendo que nenhum executivo, nos últimos anos, fez tanto saneamento básico como este. Fez o saneamento básico de Mira de Aire, que foi integralmente executado por este executivo, dizendo que o anterior executivo apenas tinha pago dezassete mil euros. O concurso estava lançado e este executivo fez a obra. Foi feito saneamento básico em Alqueidão da Serra e no Bairro de S. Miguel, que não existia. Foi lançado concurso para fazer o saneamento básico na Várzea e que vai colocar saneamento nos dois prédios do Lar Académico, nas Azenhas e na Boieira. Está a ser revisto o projeto de saneamento básico da Cumeira, Cruz da Légua, até S. Jorge. Se houver condições financeiras e se esta Assembleia assim o quiser, será lançado o concurso ainda este ano. Sobre esta matéria, não vale a pena falar em executivos anteriores. Vale a pena falar no projeto deste executivo ou no projeto da Câmara Municipal, para levar por diante aquilo que é mais importante para o concelho e que no passado não foi. Ter o concelho coberto com 60% de casas e ter 35% das pessoas ligadas e ninguém lhes exigir para se ligar, disse achar falta de bom senso. Esse problema está a ser resolvido, estando a contactar casa a casa os munícipes que não estão ligados, para não penalizar aqueles que estão ligados e pagam, com eventuais aumentos de tarifário. Quanto à questão colocada por Filipe Batista disse que esse assunto seria levado ao Conselho Municipal de Juventude, por achar ser o sítio indicado para tratar da divulgação e dinamização dessa matéria. Acrescentou ainda que pela primeira vez, Porto de Mós aparece com um projeto no plano nacional de políticas locais de juventude, tendo sido reconhecida, nomeadamente com o projeto "Futurmós" – Feira de Orientação Vocacional.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 3 (3.1 e 3.2), 4, 5 e 6 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade.**-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 24.00 horas do dia 27 de junho e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

